

O discurso social se inverte

Violência turva o foco da sociedade, que passa a cobrar apenas punição

A partir do momento em que a violência passou a interferir na vida de cada cidadão, houve uma inversão no discurso social, que agora cobra deveres em vez de direitos. Especialistas e estudiosos dos Direitos Humanos têm hoje uma séria preocupação com o coro engrossado de pessoas que pedem justiça com punição e não enxergam a necessidade de ações que ataquem as causas do problema.

— Há um clamor para o cumprimento de deveres. Fala-se muito em sistema punitivo, sem que os direitos sejam reconhecidos. O Estado se retirou desse campo de formulação de políticas públicas. Temo que o estatuto passe a ser somente da cobrança de deveres — afirma Hebe Signorini, pesquisadora da UFRJ.

A esses jovens nega-se uma série de direitos: à segurança social, ao trabalho, à livre escolha de emprego, à instrução, proteção da vida pela lei, o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de participar do progresso científico e de seus benefícios, o direito a voz, entre outros.

A violência institucional é a que aparece em maior número de vezes nas pesquisas no setor. É comum a crítica à ação da polícia, no tratamento com os jovens, principalmente em relação aos negros, pobres, e sobretudo se vivem em periferias. E ainda, os preconceitos listados pelos depoimentos nesses estudos se devem, de maneira geral, ao fato de serem jovens, já que houve uma satanização do adolescente como drogado e violento. No caso específico dos que moram em periferias e favelas, o próprio local onde vivem não é bem aceito na busca de emprego.

Ainda com todas essas conclusões, a pesquisadora da Unesco Mary Castro chama atenção para o fato de que as questões dos Direitos Hu-

nos não têm sequer correspondência na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), nem no Plano Plurianual de Investimentos (PPA).

O Rio, neste cenário, tem uma característica peculiar de abrigar lado-a-lado as construções da zona Sul e as favelas, o morro e o asfalto. A pesquisadora da Unesco analisa que o jovem quer poder e o convívio em áreas onde a desigualdade é ainda mais gritante promove conflito maior porque esse jovem é excluído de uma sociedade de consumo, vizinha, numa idade plena de incertezas.

Outro estudo da Unesco mostra que já em 2000 as maiores taxas de homicídios, em torno de 50 em cada 100 mil habitantes, registraram-se nos estados de Pernambuco, Rio de Janeiro e Espírito Santo. A pesquisadora faz uma avaliação desses dados com-

plementando com o fato de que no Brasil o suicídio está na escala de quatro por cada cem jovens, em 51º lugar nesse ranking. Países como Japão e Estados Unidos estão na 21ª posição. Por outro lado, quando trata-se de vitimização por homicídio, o Brasil aparece em 3º lugar no mundo, na faixa de idade de 15 a 24 anos, ficando atrás somente da Colômbia e de Porto Rico.

— Há uma diferença de desencantos. O jovem que mata, em razão da desigualdade acha que o outro é o culpado. No caso daquele que se suicida, ele se sente o grande culpado — afirma Mary.

Por outro lado, com relação ao uso de drogas entre os jovens que estão na escola, Mary conta ainda que um estudo da Unesco concluído há apenas 15 dias e iniciado em 2000 em 14 capitais do país

envolvendo mais de 50 mil alunos do Ensino Médio e Fundamental, com estudantes entre 10 e 24 anos, mostra índices inferiores ao esperado: 9,9% se disseram usuários de álcool freqüente; de tabaco, 3,3%; de cocaína, 3,1%; e drogas ilícitas, maconha, craque, cocaína, 3%. Dos entrevistados 4,9% disseram ter usado e largado — a maioria, por medo.

Apesar do aumento do número de matrículas em escolas públicas que tem sido comemorado recentemente, Mary chama atenção para o fato de que, por outro lado, a qualidade do ensino é crítica. Entretanto, ganhou-se muito em cidadania de direitos, houve reconhecimento maior com a questão do esporte como elemento fundamental para o jovem, há mais programas de monitoramento e planejamento familiar, assim como de erradicação do trabalho infantil.

TAXA DE ANALFABETISMO PELO PAÍS

Brasil e Grandes Regiões - 1992/1999

Categorias	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
15 ANOS OU MAIS							
BRASIL	17,2	16,4	15,6	14,7	14,7	13,8	13,3
Norte	14,2	14,8	13,3	12,4	13,5	12,6	12,3
Nordeste	32,7	31,8	30,5	28,7	29,4	27,5	26,6
Sudeste	10,9	9,9	9,3	8,7	8,6	7,8	8,1
Sul	10,2	9,8	9,1	8,9	8,3	8,1	7,8
Centro-Oeste	14,5	14	13,3	11,6	12,4	11,1	10,8
LOCALIZAÇÃO							
Urbano metropolitano	8,1	7,4	7	6,5	6,5	5,9	5,8
Urbano não metropolitano	15,2	14,8	14,3	13,4	13,4	12,5	12,1
Rural	35,9	34,5	32,7	31,2	32	30,2	29
SEXO							
Masculino	16,6	16,1	15,5	14,5	14,6	13,8	13,3
Feminino	17,8	16,8	15,7	14,8	14,8	13,8	13,3
COR OU RACA							
Branco	10,6	10	9,5	9,3	8,9	8,4	8,3
Não branco	25,7	24,8	23,5	21,9	22,2	20,8	19,8
FAIXA ETÁRIA							
10 anos +	16,5	15,7	14,8	13,8	13,9	12,9	12,3
10 a 14 anos	12,4	11,4	10	8,3	8,7	6,9	5,5
15 a 24 anos	8,6	8,2	7,2	6,5	6,3	5,4	4,9
25 a 39 anos	11,3	10,8	10,4	9,5	9,7	9,3	8,8
40 anos +	29,2	27,8	26,1	24,9	24,8	23,3	22,8

Fonte: IBGE / Microdados PNAD. Elaboração: Ipea / Disoc.